



A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA NA FRONTEIRA

BRASIL E URUGUAY



Educação técnica binacional na fronteira: inovação, conquistas e desafios

Alcione Jacques Maschio*

Resumo: Este ensaio apresenta um ponto de vista da história, dos desafios e das realizações dos primeiros cursos técnicos binacionais do país. Pensados e realizados na fronteira entre Sant’Ana do Livramento (RS) e Rivera (UY), pelo IFSul, e pela *Universidad del Trabajo del Uruguay*, significam a concretização oficial de toda a integração de brasileiros e uruguaios dessa região. Se por um lado, no âmbito das relações interpessoais e do cotidiano, as populações locais encontram-se absolutamente integradas, por outro, diversos segmentos públicos dos dois países não acompanham essa lógica e permanecem segregados, dificultando o avanço de significativos processos administrativos que beneficiariam ainda mais a educação e a integração.

Palavras-chave: cursos binacionais, educação técnica na fronteira.

* Instituto Federal Rio Grande do Sul, Câmpus Veranópolis.
Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade pela Universidade de Caxias do Sul.

Abstract: This essay presents a historical point of view about the challenges and accomplishments of the first binational technical courses in the country. Designed and implemented at the border between Sant'Ana do Livramento (RS) and Rivera (UY), by IFSul, and Universidad del Trabajo del Uruguay, which mean the official embodiment of the whole integration between Brazilian and Uruguayan people in this region. However, on one hand, in the context of interpersonal relationships and daily life, local populations of the two countries are completely integrated, secondly, various public sectors of both countries do not follow this logic and remain segregated, difficulting the advancement of significant administrative processes that would benefit from further education and integration.

Key words: Binational courses, technical education at the border.

1. Os cursos binacionais

Os primeiros cursos técnicos binacionais do país iniciaram em fevereiro de 2011 nas cidades fronteiriças de Sant’Ana do Livramentoⁱ, no Brasil e Rivera, no Uruguai. Através de um acordo firmado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense (IFSul) e o Conselho de Educação Técnico Profissional - Universidade do Trabalho do Uruguai (CETP-UTU), alunos brasileiros e uruguaios começaram as primeiras disciplinas dos cursos técnicos em Informática para Internet, pelo IFSul, e em Controle Ambiental, pelo CETP-UTU.

Os cursos binacionais não existiam e ninguém conhecia as suas demandas. Estas surgiram à medida que os primeiros passos foram dados, desde a primeira parceria entre IFSul, ainda como Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas – CEFET-RS e CETP-UTU, em 2006.

Não chegou até a fronteira, em outubro de 2010, um projeto pronto para ser aplicado no que seriam os cursos binacionais. Chegaram pessoas e ideias para desempenhar a proposta de trabalhar com cursos técnicos voltados a alunos uruguaios e brasileiros. Tudo teve (e ainda tem muito) que ser construído. Seria impossível alguém, principalmente de fora, prever todas as situações que surgiriam.

Quando os primeiros servidores, apenas professores e direção, chegaram em Sant’Ana do Livramento ficaram numa sala da prefeitura, iniciando o planejamento do câmpus. A primeira tarefa foi a de divulgar o vestibular e o próprio IFSul nas escolas com Ensino Médio. Os professores tiveram cerca de quatro meses para, entre outras atividades, dedicar-se ao projeto do curso técnico em Informática para Internet e os planos de ensino das disciplinas.

Não havia ainda espaço definido para ministrar as aulas. Escolas da rede estadual de Sant’Ana do Livramento começaram a ser sondadas no sentido de vir a contribuir, cedendo salas para o IFSul. Não foi fácil encontrar uma escola, cujo quadro administrativo estivesse disposto a integrar o Instituto Federal junto a sua comunidade escolar. Até que a direção da escola Professor Chaves dispôs duas salas, transformadas em laboratórios, para começar o curso técnico binacional em Informática para Internet. Questionada sobre os motivos que a incentivaram a tal atitude a direção informou que, além de estar contribuindo para implantação dos cursos técnicos binacionais, ainda olhava essa inserção como uma possível renovação de ideias entre professores e alunos da escola e do IFSul.

À medida que as primeiras aulas foram sendo ministradas, observações começaram a fluir entre alunos e professores do IFSul – Santana do Livramento. Podia-se perceber que o estranhamento daquelas classes binacionais se davam muito mais por parte dos professores que vinham de fora, os forasteiros da região, do que dos alunos fronteiriços. Nos dois primeiros semestres do curso não havia nenhum professor da fronteira, cada um vinha de uma região do estado. E esse olhar de fora propiciou ainda mais a valorização da riqueza cultural que havia nas salas de aulas.

Os cursos técnicos binacionais foram criados na fronteira e para a fronteira.

O binacional envolve o bilinguismo, a troca cultural, o “*doble chapa*”ⁱⁱ, o respeito e a valorização do outro. A criação destes cursos representa a aceitação das diferenças, e mais, a desenvolvimento de ambos os países através delas. Segundo Bento (2012, p. 17), “eliminadas as diferenças, eliminam-se as razões que promovem a troca cultural entre sujeitos diferentes”. A aposta nos cursos técnicos na fronteira encontra-se calcada na soma das distinções. Pretende-se, com eles, promover o desenvolvimento da região unindo e distinguindo diferenças e semelhanças. Segundo Kaliman (1994, p. 14), alguém uma vez definiu liricamente como região “aquele espacio que puedo recorrer sin sentirme todavía un extraño”. E na fronteira, independente do lado em que está, o fronteiriço se sente em casa. Há uma série de elementos comuns entre moradores dos dois países, específicos da sua identidade.

Os cursos técnicos binacionais foram criados para suprir as demandas desse território. Seriam desconsideradas todas as relações sociais que se dão na fronteira, se entendêssemos que o território é apenas uma área delimitada pelo poder do Estado (SANTOS, 1978). Há uma delimitação de território que é contruída e desconstruída por relações de poder, mas não é, necessariamente, uma delimitação precisa. Ela pode mudar historicamente, diversificar-se através das relações sociais, num complexo jogo de representatividades (ibidem).

O acordo entre as instituições prevê que os alunos uruguaios sejam selecionados para os cursos binacionais pelo CETP-UTU, através de sorteio elaborado e registrado por autoridade competente, nos moldes de qualquer outra escola no Uruguai. No caso dos brasileiros, ocorre pelo IFSul, um processo seletivo. Todos os alunos dos cursos binacionais são considerados alunos de ambas as instituições e, portanto, possuem direitos e deveres inerentes a essa condição, inclusive o de votar, receber assistência estudantil, bolsas de pesquisa e extensão, e o diploma reconhecido em ambos os países.

As línguas são consideradas um ponto-chave nos cursos binacionais. Uma das primeiras questões pedagógicas abordada pelas docentes de línguas foi sobre como adequar a condução das disciplinas em sala de aula formada por alunos fronteiriços, a maioria bilíngue.

O fato é que a língua materna, muitas vezes, é mais que uma, português, espanhol ou *Fronterizo*ⁱⁱⁱ (RONA, 1965). De acordo com pesquisa realizada entre as duas primeiras turmas, diurnas e noturnas, dos cursos binacionais, 99% dos alunos não considera estrangeira a língua do país vizinho. As línguas passaram a ser vistas, pelos docente, como maternas ou ainda como segundas línguas.

Enfim, o que se entende por língua estrangeira, com certeza não se aplica ao português e ao espanhol dessa fronteira tão peculiar. A base de formação dos cursos binacionais não considera nenhuma dessas línguas como estrangeira, visto que não prevê nenhuma tradução para as disciplinas técnicas. Seria realmente difícil fazer um curso tendo como língua corrente uma língua estrangeira. Teria este *status*, a língua espanhola para alunos de Porto Alegre, bem como a portuguesa para os de Montevidéu, por exemplo.

Então, decidiu-se compartilhar línguas, docentes de línguas e alunos bilíngues nas disciplinas voltadas ao ensino relacionado aos idiomas. Ou seja, os alunos de ambos os países têm aulas de espanhol e português na mesma disciplina, planejadas por dois professores e muitas vezes ministradas pelos dois também.

Logo no primeiro dia de aula, os alunos são solicitados a escrever sobre sua experiência em relação às línguas da fronteira e a cultura representada através

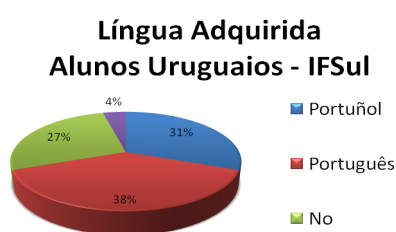
desses idiomas. Em seus depoimentos dizem que são netos, filhos, sobrinhos ou têm diferentes tipos de parentesco e convívio com pessoas do país vizinho. Nenhum discente usa o termo estrangeiro referindo-se a quem vive no outro país, que apesar de ser outro está ao lado. Reafirmam-se como “sujeitos políticos e históricos que habitam as fronteiras, que circulam e se mobilizam nas bordas de uma linha imaginária que divide territórios” (STURZA, 2010, p. 84).

Neste sentido, o contato e a troca de experiências com as professoras de línguas do curso técnico em Controle Ambiental, ministrado na CETP-UTU, do lado do Uruguai, na cidade vizinha, Rivera, ajudou e tem ajudado na formação e afirmação desse novo projeto, de compartilhamento no ensino de línguas nos cursos binacionais.

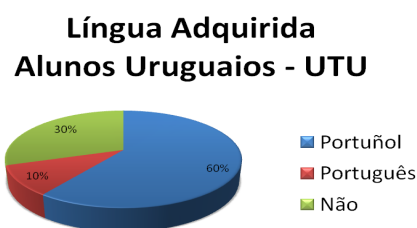
No início dos cursos, buscou-se definir o que são língua materna, segunda língua e língua estrangeira, voltando-se a essa realidade bilíngue, observando a relação dos alunos e sua forma de comunicação (MASCHIO; CITOLIN, 2011). A partir dessa necessidade, surgiu a ideia de aplicar um questionário a todos os alunos dos cursos binacionais, que no momento somavam cerca de 80 do IFSul e 40 do CETP-UTU.

Partiu-se do pressuposto de que Língua Materna, “é uma parte integrante da formação do conhecimento de mundo do indivíduo, pois junto à competência linguística se adquirem também os valores pessoais e sociais” (SPINASSÉ, 2012, p.5); que “uma Segunda Língua é uma outra língua adquirida, paralela ou não, à Língua Materna, com praticamente, as mesmas condições desta”, que é “adquirida sob a necessidade de comunicação e dentro de um processo de socialização” (Ibidem); e que no “processo de aprendizado de uma Língua Estrangeira não se estabelece um contato tão grande ou tão intenso com a mesma” (Ibidem).

Dessa forma, através de um roteiro de perguntas dirigido a todos os alunos dos cursos binacionais, no primeiro semestre de 2012, a pesquisa apresentou alguns resultados, tais como os que se apresentam nos quadros abaixo:



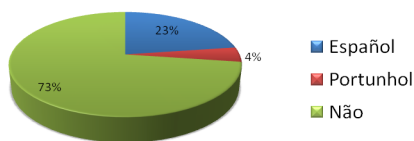
Quadro 1



Quadro 2

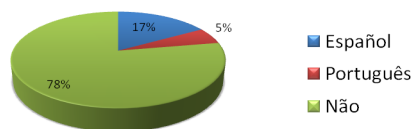
Perguntou-se para os alunos uruguaios (com domicílio no Uruguai, mesmo aqueles com dupla cidadania), que falam o espanhol, sobre outras línguas que haviam adquirido ao longo da vida. O questionário foi aplicado a alunos do IFSul e da UTU. Como é possível verificar através do quadro 01, 38% dos alunos do curso técnico em Informática para Internet declararam ter adquirido o português, 31% o *portuñol* (ou *fronterizo*), e 27% disse que não ter adquirido nenhuma outra língua além do espanhol. Já no curso Controle Ambiental 60% dos alunos declararam ter adquirido o *portuñol* (ou *fronterizo*), 10%, o português e 30%, nenhuma outra língua.

Língua Adquirida
Alunos Brasileiros - IFSul



Quadro 3

Língua Adquirida
Alunos Brasileiros - UTU



Quadro 4

Situação bem diferente observou-se em relação aos alunos brasileiros, quando questionados da mesma forma, sob as mesmas condições. No IFSul, a maioria, 73%, afirma não ter adquirido nenhuma outra língua, além do português; 23% dos alunos apontaram o espanhol e apenas 4% o *portunhol* (ou *fronterizo*). Poucas alterações apareceram nos dados dos alunos da UTU, destacando-se apenas que eles preferiram não usar o termo *portuñol*. Acredita-se que isso ocorre por uma questão de preconceito ao dialeto fronteirizo.

A constatação de que os uruguaios se interessam muito mais pelo português ou o *portuñol*, (ou *fronterizo*) do que os brasileiros pelo espanhol já foi observada em diferentes trabalhos de pesquisa dedicados às línguas desta fronteira^{iv}. A presença massiva da televisão brasileira no Uruguai questões econômicas e de trabalho (mais oportunidades do lado brasileiro) entre outras (STURZA, 2006), justificam essa disparidade entre os alunos binacionais.

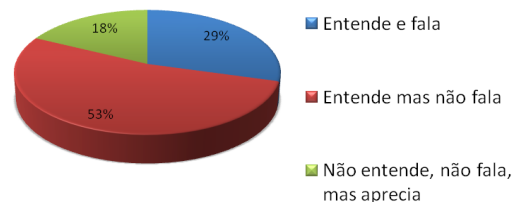
Além disso, ainda afirma-se que o brasileiro não exige tanto em relação à adequação da fala, enquanto o uruguaio é mais rígido com a língua. Um exemplo se dá em sala de aula quando um brasileiro tenta falar em espanhol, e o uruguaio logo corta, dizendo para o seu interlocutor falar em português, porque ele entende da mesma forma. Já se ouviu também, algum aluno uruguaio dizer que não lhe agrada ouvir um brasileiro falando em espanhol.

Competência Brasileiros –
IFSul - espanhol



Quadro 5

Competência Brasileiros – UTU - espanhol

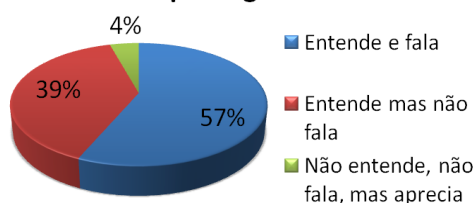


Quadro 6

Perguntados sobre suas competências em relação à língua espanhola, 60% dos alunos brasileiros disseram que entendem, mas não falam, 25% afirma entender e falar, 13% não entende e não fala, e apenas um aluno afirmou considerar o espanhol uma língua estrangeira. Uma pequena quantidade a mais de alunos brasileiros da UTU entende e fala o espanhol, equilibrando a porcentagem

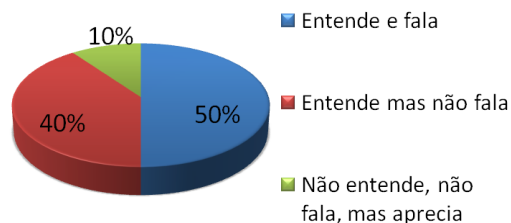
dos que entendem mas não falam e daqueles que dizem não possuir nenhuma das habilidades.

**Competência Uruguaios – IFSul
- português**



Quadro 7

Competência Uruguaios – UTU - português



Quadro 8

Quando se observa as competências dos alunos uruguaios em relação à língua portuguesa, a porcentagem daqueles que pelo menos entende sobe para 96% numa instituição e 90% na outra.

Uma das opções que os entrevistados poderiam escolher era “Não entende, não fala, mas aprecia”. Foi proposital a expressão “mas aprecia”, no sentido de reafirmar o respeito à língua do outro. O preconceito linguístico é um fenômeno facilmente observado nas ruas destas cidades conurbadas^v. Pessoas da mesma família se ofendem e criticam, proíbem e limitam o uso da língua. Isso ocorre independente da classe social e até mesmo da escolaridade dos fronteiriços. Professores e representantes governamentais cometem os mais variados exemplos de preconceito linguístico.

Serve para ilustrar essa questão, o caso da criança que foi encaminhada pela sua escola, para um tratamento psicológico com profissionais do *Ministerio del Desarrollo Social* (MIDES - Uruguay) de Rivera, porque ouvia a professora falar em espanhol e escrevia em *portuñol*. Este caso foi relatado por uma das funcionárias do MIDES e está registrado neste departamento público, porém, muitos outros passam despercebidos e seguem humilhando e desprezando a cultura da própria comunidade.

Nesse sentido, o preconceito linguístico, a desconsideração sobre o alto grau de variabilidade e diversidade linguística (BAGNO, 2002) é uma preocupação entre os docentes e gestores dos cursos binacionais. Acredita-se que o compartilhar das línguas, inclusive com uma disciplina específica e única que as envolve, juntamente com suas literaturas, representa uma política linguística inovadora que provoca uma releitura da comunidade a respeito da postura adotada pela maioria, em relação às línguas, carne e alimento da identidade desta fronteira. As línguas servem aos sujeitos e estes servem as línguas e, dessa forma, se significam como fronteiriços (STURZA, 2010).

Professores do IFSul, em sua maioria provenientes de outras partes do estado e até do país, se encontram em sala de aula com a metade da turma que se expressa em espanhol ou *portuñol*, línguas estrangeiras para os docentes. Como tentativa de minimizar esse impacto, os novos concursos do câmpus Santana do Livramento prevêem a partir de editais, questões em espanhol nas provas de todas as áreas. Busca-se também, incentivar o aumento do ingresso de frontei-

riços, inclusive diminuindo os pedidos de redistribuição e remoção dos servidores.

Desde o primeiro ano de implantação dos cursos binacionais, é realizado anualmente o Fórum de Educação Técnica na Fronteira. Alterna-se o país do evento sendo que o primeiro, em 2011, foi na Intendencia Departamental de Rivera e o quarto, em 2013, no auditório do IFSul – Câmpus Santana do Livramento. Trata-se de um espaço de interlocução entre os alunos, professores, comunidade e palestrantes especialistas em temas das áreas técnicas, línguas e educação. Também é um espaço de política e reivindicações, uma vez que prefeito e *intendente*, vereadores e *alcaldes*, secretarias municipais e *ministerios*, além de cónsules dos dois países são convidados a expor e ouvir ações e necessidades dos discentes e das instituições envolvidas com a educação binacional.

2. Demandas inéditas para conhecidas burocracias

Os cursos binacionais foram idealizados através de um convênio entre o IFSul – cuja reitoria encontra-se em Pelotas e o CETP-UTU – cuja reitoria encontra-se em Montevideú. Uma comissão de autoridades de uma e outra instituição pautaram questões burocráticas essenciais para a efetivação do acordo. Esse grupo, formado pelos reitores, alguns pró-reitores, assessoria internacional de cada uma das partes do convênio, diretor geral do IFSul – Câmpus Santana do Livramento e diretor da *Escuela Técnica Superior de Rivera* (espaço da CETP-UTU), reúne-se a cada semestre (ou conforme demanda imediata) para tratar de questões pendentes ou planejarem novas ações binacionais.

Desde a fronteira, por outro lado, existe uma comissão binacional para tratar de assuntos pedagógicos dos cursos. É formada pelos gestores das escolas, orientação e supervisão pedagógica, ou os que representam estes segmentos em cada uma das instituições locais.

De modo geral, uma adequação de cargos e responsabilidades é necessária, pois as diferenças representam o princípio de várias outras entre as instituições que dificultam e, às vezes, emperram um trabalho mais eficaz na busca do atendimento ao aluno e de uma educação de qualidade. O bom-senso e a colaboração são guias de comportamento aos envolvidos e interessados em fazer, desse projeto piloto, uma referência em termos de políticas em educação para fronteira.

Acrecenta-se sobre a forma de administração dos cursos binacionais do lado uruguaio que, para os alunos brasileiros que estudam na *Escuela Técnica Superior de Rivera* - CETP-UTU, e para setor pedagógico, registros acadêmicos, assistência estudantil, entre outros do Câmpus do IFSul, custa aceitar que a maioria das questões administrativas e de ensino tenham que ser resolvidas pela CETP-UTU de Montevideú. Isso leva muito mais tempo e argumenta-se que os problemas da fronteira acabam sendo resolvidos ao modo dos gestores dos grandes centros. Isso não significa dizer que está inadequado, mas que as soluções que chegam até aqui, podem não alcançar as especificidades da fron-

teira.

O morador da fronteira tem o costume de sanar suas necessidades onde lhe pareça mais acessível, em Livramento ou Rivera, independente de sua nacionalidade. Muitos possuem dupla cidadania, são “*doble chapa*”, na linguagem fronteiriça, possuem direitos e deveres de um lado e de outro da fronteira. Mas não são todos que se encontram nesta condição, e, por isso, alguns não têm o direito reconhecido para poder trabalhar ou estagiar legalmente no outro país.

Os alunos uruguaios e brasileiros necessitam buscar estágios na sua área de estudo para concluírem o seu curso binacional. As normas sobre os estágios são muito parecidas nas legislações brasileira e uruguaia. As principais dificuldades estão nas empresas aceitarem alunos da escola do país vizinho, nas seguradoras que expedem o número da apólice de seguro de vida, na orientação do estágio no Brasil com professor uruguaio, ou vice-versa.

Apesar de toda a integração fronteiriça, apenas recentemente, em maio de 2013, foi assinado um convênio entre a prefeitura de Sant’Ana do Livramento e uma instituição de ensino de Rivera – Uruguai, a CETP-UTU^{vi}, podendo beneficiar alunos que precisam estagiar. Depois de mais de dois séculos de relações transfronteiriças, apenas após a intermediação do IFSul, as cidades deram o primeiro passo político-socio-educacional, legalizando o que, em outros âmbitos, na prática do dia a dia, a comunidade há muito realiza.

O IFSul participa do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que apoia a permanência de estudantes de baixa renda. O edital prevê a assistência a todos os alunos dos cursos binacionais, mas o pagamento dessas bolsas a alunos uruguaios é um problema administrativo e legal enfrentado pelo câmpus. Dificilmente eles possuem CPF e/ou conta bancária no Brasil, e a forma menos burocrática e rápida que se encontrou foi a efetivação do pagamento através de ordens bancárias em nome de cada um dos alunos beneficiados. Nesta mesma linha seguem os problemas com o pagamento de alunos uruguaios selecionados para bolsas de ensino (monitoria), pesquisa e extensão.

Estes são exemplos de questões que exigem uma nova postura e a busca de soluções que, muitas vezes, não se encontram amparadas por normas e leis estabelecidas no país. O desenvolvimento dos cursos binacionais cria demandas inéditas e estas passam a ser apresentadas para os órgãos competentes, que até o momento entendem e apoiam as soluções encontradas. No entanto, buscam-se, para além do apoio esperado, orientações, decretos, leis que regulamentem os novos procedimentos adotados, consolidando e sistematizando as ações para a educação na fronteira.

Outro ponto importante a ser tocado é o fato dos alunos uruguaios não poderem cadastrar-se em eventos nacionais sem ter que pagar como estrangeiros. São alunos dos cursos binacionais do IFSul que deixam de usufruir o direito (e muitas vezes o dever) de apresentarem seus trabalhos de pesquisa e extensão, porque não existe ainda a previsão desses casos nas organizações.

A carteira de fronteiro solucionaria muitas situações para os alunos dos cursos binacionais. Do lado uruguaio, os alunos brasileiros, com baixa renda, podem encaminhar gratuitamente através do Ministério do Desenvolvimento Social (MIDES), mas do lado brasileiro continuam altos os custos para se conseguir esse documento que possibilita estágios, trabalho, moradia com maior facilidade.

A comunidade escolar binacional tem levado suas demanda às autoridades

do município de Sant'Ana do Livramento e às do departamento (Estado) de Rivera. Estas demandas são levadas também em reuniões sistemáticas binacionais, como a Reunião de Alto Nível da Nova agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil/Uruguai. Já foram tratados temas como a solicitação da ampliação das vagas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC - nas regiões de fronteira para alunos uruguaios; promoção da mobilidade (entrada e saída nos dois países) de docentes, técnicos e estudantes, seja para visitas técnicas, fóruns, seminários, estágios, entre outras necessidades.

A maior preocupação para os envolvidos nesse projeto piloto da binacionalidade dos cursos técnicos (já preparando para os tecnólogos) realmente é com os diplomas, com a aceitação deles no mundo do trabalho dos dois países envolvidos. Se por um lado, os alunos saem dos cursos com uma certificação expedida por duas instituições de países diferentes, ao mesmo tempo e sem qualquer tipo de processo de validação, por outro, teme-se que essa facilidade para eles fique apenas no papel.

As possibilidades se ampliam para eles tendo em vista oportunidades em dois países. No entanto, é muito provável que os alunos dos cursos técnicos binacionais sofram algum tipo de desvantagem nas vagas oferecidas nos grandes centros ou no interior dos países. Primeiro pela dificuldade de moradia e permanência no exterior, dificuldade que seria facilmente tratada se o Mercosul (Mercado Comum do Sul) realmente efetivasse suas prerrogativas; segundo, por falta de conhecimento, por empresas e instituições temerem que por ser algo novo, binacional, não tenha a qualidade e os cuidados dispensados a um curso técnico tradicional.

Nesse sentido, a divulgação, a difusão dos cursos e políticas públicas em prol da educação técnica binacional se faz mais que necessárias ao aperfeiçoamento e à afirmação dessa modalidade voltada a tão almejada integração entre os países da América Latina. Precisa-se de leis que regulamentem os processos novos, adotados para a efetivação dos cursos binacionais; de atitudes que fomentem a empregabilidade dos egressos com diploma binacional; de esclarecimentos públicos, com apoio do Ministério da Educação, sobre a dinâmica e a qualidade desta formação; de empenho, por parte das instituições de ensino, no sentido de realmente integrar e contemplar conteúdos curriculares importantes e indispensáveis para o mundo do trabalho dos países envolvidos.

3. Considerações finais

“En esta frontera contrabandeamos Línguas, Culturas e Saberes.”
(frase estampada nas camisetas de alunos e professores dos cursos binacionais, escrita por mim, com primeira parte em espanhol e a segunda em português.)

A concepção dos Institutos Federais em relação à educação como forma de inclusão social e desenvolvimento regional também deve ser aplicada aqui. A grande questão é que uma fronteira requer um olhar diferenciado, mais amplo, visando os dois lados dos marcos, para o êxito de qualquer investimento deste âmbito. No entanto, para tornar mais complexa e rica ainda esta aplicação, Livramento e Rivera se encontram numa fronteira de papeis. Um feixe de relações familiares, comerciais, culturais e históricas derruba qualquer barreira imposta pelos documentos oficiais de cada um dos países que insistem em querer aplicar, aqui na borda, as mesmas leis feitas pelos e para os seus centros.

No dia a dia da fronteira surgem as mais variadas formas de solucionar os problemas binacionais, não previstos pelas leis impostas. Cidadãos e instituições que respondem pela saúde, educação, assistência social, apenas para citar alguns exemplos, muitas vezes têm que agir ilegalmente para suprir suas necessidades de apoio a essa comunidade ímpar. Os problemas são bilaterais e complexos as normas, unilaterais e retas.

Destaca-se a iniciativa, o bom-senso e a vontade dos servidores públicos, na solução das questões críticas e delicadas que envolvem os fronteiriços e que, muitas vezes, não encontram nos amparos legais das repartições governamentais o real amparo que buscam.

A identidade dos cursos binacionais se forma neste berço de históricas desigualdades e lutas, impostas pelas longínquas distâncias, mas muito também, pelas próprias pátrias-mães. Na fronteira, a maioria das boas soluções não chega por papeis escritos e assinados nos grandes centros. Como os problemas não se restringem a um dos lados dos marcos, a saída encontrada foi, e está sendo, a do diálogo bilateral, visando à pontualidade de cada questão e a saída mais adequada, embora algumas vezes incomum a qualquer outro contexto social, causando espanto a servidores públicos que veem dos grandes centros.

Rápido, os envolvidos na implantação dos cursos binacionais se apropriaram desta prática, desta sistemática. Compartilhou-se da ideia de que quando uma fronteira é forjada administrativamente entre Estados e não correspondem à fronteira efetiva e real, novas linhas fronteiriças políticas e administrativas devem suprir as necessidades desses povos, reorganizando novos e antigos interesses coletivos.

Nesse sentido, também a educação técnica binacional surge para, ademais de suprir uma demanda local, propor e rever novas linhas de fronteiras políticas e administrativas. Atender com qualidade alunos uruguaios e brasileiros requer muito mais do que o envolvimento do câmpus. São mudanças de para-

digmas em nível local, do câmpus IFSul, da reitoria, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), do Ministério da Educação (MEC), e dos poderes executivo e legislativo do país.

Pode-se dizer que as afinidades e o entendimento entre professores e gestores dos cursos binacionais, IFSul – Santana do Livramento e CETP-UTU – Rivera, tem propiciado muitos avanços. Esse grupo parte do princípio de que fronteiras não significam necessariamente divisão, mas distinção. Há um respeito mútuo entre as partes, que compreendem e aceitam as particularidades e os problemas enfrentados por cada uma das instituições e se unem em prol do ensino e da educação de qualidade.

É comum, entre as fronteiras do Brasil com os vizinhos de língua espanhola, os alunos cruzarem as linhas divisórias para estudar no outro país. No entanto, é única a oportunidade dos fronteiriços terem um certificado reconhecido por esses dois países. Em 21 de dezembro de 2012, catorze alunos, entre eles uruguaios e brasileiros, de cada um dos cursos binacionais concluíram as disciplinas do currículo. Hoje já somam mais de cinquenta, sendo que seis já estão com o diploma binacional, reconhecido em ambos os países.

Devido ao ineditismo dos cursos binacionais, surgem novas demandas no âmbito das relações legais, culturais e educacionais. Os alunos tornam-se atores envolvidos na construção de todo este processo, ora como partícipes diretos, ora como o próprio objeto de pesquisa.

Sabe-se que os cursos binacionais fazem parte do projeto de desenvolvimento dessa fronteira, esboçado pelos governos federal, estadual e municipal. Estende-se o braço em ambos os lados, trabalha-se o binacional de forma integral, com projetos de extensão e pesquisa voltados aos dois países. O binacional é pensado como a realidade desta fronteira, de forma transfronteiriça, mas observa-se que, muitas vezes, a fronteira, para o fronteiriço, são os grandes centros (as capitais), cujas distâncias vão além das questões de espaço, que muitos dos alunos nunca tiveram sequer a possibilidade de conhecê-los.

Espera-se que tais realizações despertem o interesse dos responsáveis e envolvidos com o ensino nas escolas em regiões de fronteira, na busca de políticas educacionais voltadas às peculiaridades destes públicos, de alunos e de professores, tão carentes de atitudes apropriadas a esses contextos tão distinto do resto do país, no qual estão inseridos.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Luis E. **Linha divisória une dois países**. Disponível em: http://www.celpecyro.org.br/joomla/index.php?option=com_content&view=article&id=744:linha-divisoria-une-dois-paises&catid=95:artigos. Acessado em janeiro de 2014.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico** – o que é, como se faz. 15 ed. Loyola: São Paulo, 2002.

BENTO, Fábio Régio (org). **Fronteiras em movimento**. Jundiaí, Paco Editorial: 2012.

KALIMAN, Ricardo J. **La palabra que produce regiones**: el concepto de region desde la teoria literária. Universidad Nacional de Tucumán. Faculdade de Filosofia y Letras. Instituto de Historia y Pensamieto Argentinos. Programa Tucumán em el contexto de los Andes Centromeridionales. Documento de trabajo n. 3, Julio, 1994. p. 1-23.

LOURENÇO, Círci N. O. **As fronteiras de um dizer numa fronteira singular**: entre o poder e o desejo da língua, as representações das alunas falantes nativas de língua espanhola. Disponível em : http://antares.ucpel.tche.br/pos-let/dissertacoes/Mestrado/2005/As_fronteras_de_um_dizer-Circi_Lourenco.pdf. Acessado em janeiro de 2014.

MASCHIO, Alcione Jacques; CITOLIN, Cristina Bohn. **A literatura como elo de estudos linguísticos e culturais em cursos binacionais**. Revista Ideação, Unioeste, v. 13, n. 1, p. 157-167, 1º sem. 2011.

RONA, J.P. **Dialectos Portugueses del norte del Uruguay**. Montevideu: Adolfo Lunardi, 1965.

SANTOS, M. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SPINASSÉ, Karen Pupp. **Os conceitos Língua Materna, Segunda Língua e Língua Estrangeira e os falantes de línguas alóctones minoritárias no Sul do Brasil**. Disponível em: www.revistacontingentia.com. Acesso em janeiro de 2012.

STURZA, Eliana Rosa. **Espaço de enunciação fronteiriço e processos identitários**. Revista Pro-Posições, Campinas, v. 21, n. 3 (63), p. 83-96, set./dez. 2010.

_____. **Línguas de fronteira e política de línguas** : uma história das ideias linguísticas. Instituto de Estudos da Linguagem – IEL. 2006. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000391067>. Acessado em dezembro de 2014.

Notas

ⁱ Grafia defentida em projeto e aprovada pela câmara de vereadores do município.

ⁱⁱ Morador da fronteira com dupla cidadania. A expressão *Doble-chapa* “teve origem numa curiosa obrigação dos veículos: ter uma placa de cada país como licença para trafegar na fronteira.” (AMARAL, 2014).

ⁱⁱⁱ “Fronterizo” é a denominação dada à língua corrente nesta fronteira, em pesquisa desenvolvida no campo da geografia linguística por Rona, e apresentada no livro *Dialectos Portugueses del norte del Uruguay*, 1965 – DPUs, mas o termo mais usado na fronteira é o *portuñol*.

^{iv} Um exemplo é dissertação da professora Circi Lourenço do IFSul – câmpus Santana do Livramento - LOURENÇO, 2005.

^v “Conurbação é um termo usado para designar um fenômeno urbano que acontece a partir da união de duas ou mais cidades/municípios, constituindo uma única malha urbana, como se fosse somente uma única cidade. A partir da unificação, as cidades envolvidas começam a utilizar de maneira conjunta os mesmos serviços de infraestrutura, formando uma malha urbana contínua.” Disponível em: <http://www.brasilecola.com/geografia/conurbacao.htm>. Acessado em: 01 de dezembro de 2014.

^{vi} Dado informado pela própria gestão administrativa da prefeitura municipal de Sant’ Ana do Livramento.